

O ARQUIVO COMUNITÁRIO COMO RESULTADO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM CONTEXTOS DE MARGINALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O ACERVO DO GRUPO DE MULHERES PROSTITUTAS DO ESTADO DO PARÁ

The Community Archive as a Result of Collective Organization in Contexts of Marginalization: A Look at the Collection of the Group of Women Prostitutes in the State of Pará

Mônica Tenaglia¹ 

Ana Beatriz Progênio Brito² 

Adriana Monteiro da Costa³ 

Mônica Cristina Henderson de Sousa⁴ 

Thania Cristina da Silva Costa⁵ 

RESUMO

O presente estudo analisa o acervo do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará, custodiado pelo Centro de Memória da Amazônia, com o objetivo de compreender a importância dos arquivos comunitários na preservação da memória coletiva de grupos historicamente marginalizados. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e entrevistas com responsáveis pelo acervo, possibilitando a análise de sua organização, tipologia documental e condições de preservação. Os resultados indicam que o acervo encontra-se devidamente organizado e acondicionado, reunindo documentos de diferentes tipologias — fotografias, correspondências, registros audiovisuais, relatórios institucionais e materiais educativos — que refletem práticas de mobilização social, ações políticas e estratégias de fortalecimento da cidadania. Conclui-se

¹ Professora no curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: monica_tenaglia@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2126481201660872>

² Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ana.progenio.brito@icsa.ufpa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2718044949243926>

³ Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adriana.monteiro.costa@icsa.ufpa.br.

⁴ Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: monica.sousa@icsa.ufpa.br.

⁵ Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: thania.costa@icsa.ufpa.br.



que a preservação desse acervo é fundamental para visibilizar narrativas historicamente invisibilizadas, reforçando o papel dos arquivos comunitários como instrumentos de resistência, de representação social e de valorização das memórias coletivas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos comunitários. Arquivos Populares. Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará. Centro de Memória da Amazônia.

ABSTRACT

This study analyzes the collection of the Group of Prostitute Women of the State of Pará, held by the Amazon Memory Center, to understand the importance of community archives in preserving the collective memory of historically marginalized groups. The qualitative research employed bibliographic research, fieldwork, and interviews with those responsible for the collection, enabling analysis of its organization, document typology, and preservation conditions. The results indicate that the collection is properly organized and stored, bringing together documents of different types—photographs, correspondence, audiovisual records, institutional reports, and educational materials—that reflect practices of social mobilization, political actions, and strategies for strengthening citizenship. It concludes that preserving this collection is fundamental to making historically invisible narratives visible, reinforcing the role of community archives as instruments of resistance, social representation, and the valorization of collective memories.

KEYWORDS: Community archives. Group of Prostituted Women of the State of Pará. Center for Memory of the Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos comunitários têm se destacado como um tema emergente na Arquivologia no Brasil, especialmente por sua importância na preservação e no resgate de narrativas de grupos sociais historicamente marginalizados. Ao oferecer uma plataforma para que comunidades possam guardar e compartilhar suas próprias histórias, esses arquivos desempenham um papel crucial na construção da memória coletiva, permitindo que vozes, antes silenciadas ou ausentes dos acervos tradicionais, ganhem visibilidade.

Nessa perspectiva, destaca-se o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), cujo acervo encontra-se custodiado no Centro de Memória da Amazônia (CMA).

Fundado em Belém, em 1990, pelas ativistas Lourdes Barreto e Gabriela Leite, o GEMPAC é membro e fundador da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e articula-se, internacionalmente, como



membro da *Global Network of Sex Work Projects* (NSWP) (Fundo Brasil, [2026]). O grupo tem como objetivo combater o preconceito e as diversas formas de discriminação contra as mulheres, com ênfase nas trabalhadoras do sexo da região metropolitana de Belém. A organização se constitui como um espaço de mobilização política e social, voltado à defesa da cidadania e à garantia de direitos, promovendo ações de enfrentamento à exploração sexual infantil, ao tráfico de pessoas e à violência contra a mulher.

Devido à falta de infraestrutura adequada para a preservação documental no próprio grupo, o acervo do GEMPAC foi doado ao CMA em 2022. Composto por diferentes tipologias documentais, como fotografias, registros administrativos, relatórios institucionais e materiais audiovisuais, o acervo encontra-se organizado e disponível ao público⁶.

O objetivo deste trabalho é discutir o acervo do GEMPAC como resultado da organização coletiva em contextos de marginalização e sua importância para a preservação e o resgate de narrativas de grupos sociais historicamente excluídos.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, tendo como foco a análise do acervo do GEMPAC, a partir de levantamento bibliográfico, de pesquisa de campo e de entrevistas.

Cabe destacar que este artigo tem origem em um trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina História do Brasil e Formação de Acervos, do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2024. A partir dessa iniciativa, foram conduzidas pesquisas subsequentes, cujos resultados, ainda que iniciais, fundamentam o presente artigo.

A estrutura deste trabalho compreende, após esta introdução, a apresentação do referencial teórico e dos procedimentos metodológicos, seguida da exposição e da discussão dos resultados. Ao final, são tecidas as considerações finais.

⁶ Uma listagem dos materiais está disponível no site do Centro de Memória da Amazônia ([2026]).



2 REVISÃO DE LITERATURA

Os arquivos produzidos por grupos da comunidade que, nos países de língua inglesa, são denominados “arquivos comunitários” constituem um campo de interesse crescente, embora frequentemente permaneçam subexplorados no setor mais amplo da Arquivologia. Nos últimos dez anos, no entanto, no plano internacional, observou-se um aumento significativo na produção de debates e pesquisas que tratam os arquivos comunitários como um domínio autônomo e diferenciado em relação aos grandes arquivos formalmente instituídos, acompanhando um reconhecimento mais amplo, por parte da sociedade, do valor do patrimônio documental (Bibeault, 2025; Poole, 2020; Welland; Cossham; 2019).

Antes de iniciar a discussão sobre a definição de arquivos comunitários, é importante destacar que, embora sejam emergentes nos debates e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, tais arquivos descrevem iniciativas comunitárias que vêm sendo realizadas há muito mais tempo (Tenaglia, 2023).

As primeiras referências aos arquivos comunitários, no âmbito da Arquivologia, remontam às discussões promovidas pelos professores da *University College London* (UCL), Andrew Flinn, Mary Stevens e Elisabeth Shepherd (Flinn, 2007; Flinn; Stevens; Shepherd, 2009). Essas pesquisas podem ter sido incentivadas pela criação, em 2004, do *Community Archive and Heritage Group* (CAHG)⁷ que, segundo Flinn *et al.* (2022, p. 104, tradução nossa), foi uma “resposta à crescente conscientização, no setor de arquivos e patrimônio, acerca dos arquivos comunitários e dos desafios que enfrentavam”.

Para Flinn (2007, p. 153, tradução nossa, grifos nossos), os arquivos comunitários são “atividades **de base**⁸ que visam documentar, registrar e explorar o patrimônio da comunidade, nas quais a participação, o controle e a apropriação do projeto pela comunidade são essenciais”. Em outras palavras, desde os debates iniciais sobre arquivos comunitários, nota-se uma forte

⁷ O CAHG é um grupo estabelecido em âmbito nacional que visa apoiar e promover arquivos comunitários no Reino Unido e na Irlanda, reunindo entidades e organizações ligadas a arquivos comunitários para troca de experiências e informações. Mais informações em Community Archives and Heritage Group ([2026]).

⁸ No original, “*grassroots*” que pode ser traduzido como “de base” ou “popular”. Ver Grassroots [...] (2026).



valorização da participação ativa, do controle direto e da apropriação desses arquivos pelas próprias comunidades, o que ressalta a ideia de que a gestão da memória e do patrimônio documental deve **emergir** das experiências e necessidades da comunidade.

Posteriormente, essa definição é expandida para compreender que os arquivos comunitários estão politicamente alinhados a movimentos sociais ou posicionados como movimentos sociais em si mesmos (Fife; Flinn; Nyhan, 2023, p. 475). Em outras palavras, não apenas podem refletir as experiências de uma comunidade, mas também se articularem, politicamente, com ou como movimentos sociais, atuando como instrumentos de visibilidade, resistência e transformação social.

Por essa razão, esses arquivos oferecem oportunidades de ampliação do entendimento sobre memória, representação e participação social, embora sua precisão e definição ainda sejam controversas, inclusive devido à própria fluidez do termo “comunidade” — que pode ser empregado em muitos contextos diferentes (Flinn, 2011)⁹.

De toda forma, como destacam Flinn *et al.* (2022), os arquivos comunitários são intensamente contextuais, socialmente enraizados e profundamente impactados por diversos contextos culturais, incluindo língua, história, estrutura social e práticas legais e culturais.

Para este trabalho, partimos da compreensão de que os arquivos comunitários resultam das atividades desempenhadas pelos próprios grupos da comunidade, seja intencionalmente, para documentar e preservar informações de grupos e localidades que, de outra forma, seriam sub-representados pelos arquivos convencionais, seja pela necessidade de enfrentar ativamente circunstâncias de marginalização, violência e/ou conflito, ocasionadas pelo Estado ou pela ausência dele.

No Brasil, o estudo sobre os arquivos comunitários ainda se encontra em estágio inicial, constituindo um campo relativamente incipiente. No entanto, observa-se, nos últimos três ou quatro anos, um crescimento gradual do interesse acadêmico e institucional, refletido na ampliação de iniciativas voltadas à preservação da memória de comunidades locais, na realização de pesquisas sobre práticas de arquivo participativo, na valorização de estratégias que promovem o

⁹ Diversos outros elementos presentes no debate sobre arquivos comunitários poderiam ser mencionados, particularmente, nos estudos de pesquisadores norte-americanos, como de Michelle Caswell que, ao discutir as formas de arquivamento desses arquivos, problematiza as tradições arquivísticas e sugere novas teorias e práticas “libertadoras” (Caswell, 2021; Caswell *et al.*, 2018).



empoderamento social e a visibilidade de grupos historicamente marginalizados, e na atualização da legislação sobre tais arquivos.

Uma revisão da literatura acerca dos arquivos comunitários no Brasil remete ao estudo de Menezes e Tenaglia (2021), que, ao realizar um mapeamento conceitual sobre o tema, apresenta diversas definições de arquivos comunitários, sobretudo em países de língua inglesa, ao mesmo tempo em que evidencia a escassez de pesquisas voltadas especificamente ao contexto brasileiro. No levantamento realizado pelas autoras no *Google Acadêmico*, em 2021, com o termo “arquivos comunitários”, foram encontradas apenas 17 ocorrências. Entre elas, apenas nove referiam-se aos arquivos comunitários como “o arquivamento de documentos de um determinado grupo social”, sem, no entanto, esboçarem preocupação com a definição do conceito, tendo como base os teóricos que o delimitam (Menezes; Tenaglia, 2021).

Estudos recentes, no entanto, têm dedicado atenção aos arquivos comunitários, examinando não apenas as iniciativas e práticas a eles associadas, mas também as questões conceituais que os permeiam, suas problemáticas específicas e os desafios relacionados à sua definição e categorização no campo arquivístico.

A dimensão política dos arquivos comunitários é ressaltada por Rangel (2025) ao discutir a inclusão desses arquivos na regulamentação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) no Brasil. Para a autora, os arquivos não são espaços neutros, pois envolvem processos de seleção e silenciamento. Com base nos estudos de Sindiso Mbembe (2019), Rangel (2025, p. 88) afirma que “o arquivo é fundamentalmente uma matéria de discriminação e seleção”, evidenciando que determinadas memórias são legitimadas enquanto outras são, historicamente, apagadas.

Nessa perspectiva, os arquivos comunitários aparecem como práticas de resistência e de justiça social. Ainda segundo Rangel (2025, p. 92), esses arquivos permitem que comunidades historicamente marginalizadas exerçam o “poder de falar por si”, fortalecendo formas autônomas de memória coletiva e ampliando a representatividade social.

A discussão sobre justiça social e democratização da informação também é desenvolvida por Nogueira e Gracioso (2023). As autoras compreendem os arquivos comunitários como agentes de inovação decolonial e de construção de uma globalização baseada na cidadania, na inclusão e na



valorização das identidades coletivas. Para elas, esses arquivos atuam como espaços de resistência diante das formas excludentes de produção e circulação da informação.

Ainda segundo Nogueira e Gracioso (2023), os arquivos comunitários possibilitam que as próprias comunidades controlem a narrativa sobre sua história, fortalecendo a salvaguarda da memória e do patrimônio cultural. Dessa forma, os arquivos deixam de ser apenas locais de guarda documental e passam a atuar como instrumentos de transformação social e de participação cidadã.

Por fim, Alencar, Cervantes e Barité (2023) apontam que os arquivos comunitários estão diretamente relacionados aos estudos críticos e decoloniais da Arquivologia. Segundo os autores, esses arquivos desafiam os modelos tradicionais ao privilegiarem a participação e o protagonismo das comunidades na definição do que deve ser preservado e comunicado. Assim, os arquivos comunitários ampliam a concepção arquivística ao enfatizarem a justiça social, a representatividade e a pluralidade das memórias.

Embora nossa análise recaia sobre as referências aos arquivos comunitários, no âmbito da Arquivologia no Brasil, uma discussão sobre o reconhecimento mais amplo do valor do patrimônio documental das comunidades vem sendo realizada há mais tempo. Por exemplo, ao discutirem a democratização da memória e da informação, Freitas e Gomes (2004) defendem a necessidade de ampliar os espaços de memória voltados aos setores populares, garantindo o direito de diferentes grupos produzirem e preservarem suas próprias narrativas.

De fato, é possível identificar, na literatura brasileira, uma produção bibliográfica anterior em que tais arquivos são denominados “arquivos populares” e que se aproxima muito das discussões sobre arquivos comunitários realizadas no plano internacional. Por exemplo, o Centro Latino-Americano de Estudos em Documentação Comunitária (CELADEC) (1984), uma iniciativa criada para estudar, apoiar e difundir práticas de documentação e de arquivos comunitários na América Latina, afirma que a documentação tradicional frequentemente atua a serviço dos setores dominantes, restringindo o acesso à informação e contribuindo para processos de desinformação. Em oposição a essa lógica, a “documentação popular” buscaria colocar a informação a serviço dos grupos explorados e oprimidos, contribuindo para processos de conscientização, organização e transformação social.



Ainda de acordo com o CELADEC (1984), a documentação popular pode permitir que os próprios setores populares sejam “autores e administradores da informação e do conhecimento”, fortalecendo o protagonismo coletivo e a construção da memória popular. Nesse contexto, entrevistas, relatos de vida, panfletos e outros registros tornam-se instrumentos importantes para a preservação das experiências e das lutas sociais.

A experiência dos Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDCs) também reforça a dimensão social da informação. Carvalho (1999) destaca que esses centros reúnem, organizam e disseminam informações produzidas pelos setores populares, utilizando a documentação como instrumento de cidadania. A autora critica, entretanto, a formação excessivamente tecnicista dos profissionais da informação, argumentando que a atuação em espaços populares exige práticas mais flexíveis, criativas e socialmente comprometidas.

No campo dos movimentos sociais, Camoleze e Troitiño (2019) analisam a produção documental do MST, demonstrando que os documentos produzidos pelos movimentos sociais possuem organicidade e relevância arquivística. Segundo os autores, esses documentos apresentam dupla função: memorialística e instrumental, servindo tanto para preservar a memória do movimento quanto para apoiar suas ações formativas, administrativas e comunicacionais.

Além disso, Camoleze, Cavalcante e Troitiño (2019) destacam que os chamados “documentos populares” possuem valor cultural e comunicativo e atuam como instrumentos de formação política e de fortalecimento coletivo. Os autores afirmam que esses documentos não apenas registram atividades, mas também expressam valores, experiências e formas de organização social, podendo ser compreendidos como mecanismos de transformação social.

Embora ainda persista a ausência de consenso quanto à terminologia, definição e natureza multifacetada desses arquivos, o debate em torno deles desempenha papel crucial ao ampliar as reflexões sobre identidade, exclusão e marginalização de determinados grupos e acervos. Simultaneamente, evidencia-se que atores sociais, além das instituições tradicionais, têm capacidade de contribuir significativamente para a construção da memória coletiva, oferecendo uma compreensão mais ampla e plural das dinâmicas socioculturais que constituem a sociedade.



3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, cujo foco é a análise do acervo do GEMPAC. Para tanto, realizou uma revisão de literatura sobre os arquivos comunitários e populares, cujas definições e naturezas se aproximam do acervo investigado, além de um levantamento bibliográfico sobre o GEMPAC, uma pesquisa de campo (composta por uma visita ao GEMPAC e por visitas ao CMA) e a realização de entrevistas com um funcionário do CMA e com a professora responsável pelo projeto de transferência do acervo ao CMA.

Inicialmente, foi elaborado um levantamento bibliográfico, centrado em autores da área da Arquivologia que abordam os arquivos comunitários no âmbito internacional e no Brasil. Esse levantamento permitiu compreender a emergência dessas discussões na Arquivologia e suas diferentes definições, além de identificar semelhanças entre esse debate e as pesquisas previamente desenvolvidas no âmbito dos chamados arquivos populares.

Complementarmente, foi realizado um levantamento bibliográfico com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o GEMPAC. Foram identificadas produções acadêmicas que abordam o Grupo e seu acervo (Calabria, 2022, 2024; Sousa, 2017), além de informações disponíveis em páginas na *internet*, como o Fundo Brasil, bem como nas redes sociais mantidas pelo próprio GEMPAC. Esses dados permitiram uma compreensão mais abrangente do histórico e do contexto de surgimento do Grupo, bem como sua missão, atividades e ações desenvolvidas. Ademais, as análises das biografias de Gabriela Leite (2019) e de Lourdes Barreto (2023) contribuíram para ampliar a compreensão a respeito do GEMPAC e de seu acervo, oferecendo elementos fundamentais para situar suas práticas no campo dos arquivos comunitários.

Também foi produzida uma pesquisa de campo junto ao GEMPAC, em 6 de setembro de 2024, possibilitando compreender o contexto de atuação e ações realizadas pelo grupo. A primeira visita técnica ao CMA ocorreu em 12 de abril de 2024, ocasião em que foi realizada uma entrevista com um funcionário da instituição. A experiência possibilitou a realização de análises diretas do acervo, contribuindo para uma compreensão prática de sua organização, do arranjo e das condições de preservação. Permitiu, ainda, avaliar o acesso ao acervo e os procedimentos internos adotados



para o tratamento documental, observando como o fundo se insere no contexto mais amplo de arquivos comunitários e como atende às necessidades da comunidade à qual se vincula. Uma segunda visita técnica ao CMA foi realizada em 6 de maio de 2026 para complementar as informações necessárias à elaboração deste artigo.

A entrevista, realizada com o funcionário do CMA responsável pelo setor onde se encontra o acervo do GEMPAC, baseou-se em um roteiro de perguntas semiestruturadas. Esse método permitiu obter informações detalhadas sobre os processos de tratamento documental, os critérios adotados para a organização e preservação dos documentos, bem como as estratégias para a disponibilização do acervo à comunidade. A entrevista também possibilitou compreender as percepções do profissional sobre o papel do arquivo na preservação da memória social e na promoção da visibilidade de grupos historicamente marginalizados.

Por fim, foi realizada uma entrevista, em 21 de maio de 2026, com a professora responsável pelo projeto de transferência do acervo ao CMA, a fim de finalizar as informações necessárias à elaboração deste artigo.

Os dados coletados, tanto na revisão bibliográfica quanto na pesquisa de campo, foram analisados de forma interpretativa. Essa abordagem permitiu identificar padrões, relações e significados nos processos de organização, preservação e acesso ao fundo documental do GEMPAC, articulando-os aos conceitos e aos debates teóricos sobre arquivos comunitários. A análise interpretativa contribuiu para compreender não apenas as práticas arquivísticas adotadas, mas também os impactos socioculturais desses arquivos na memória social, evidenciando a importância do tratamento documental para a valorização das histórias de grupos que, muitas vezes, permanecem à margem dos registros oficiais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O GEMPAC foi fundado, oficialmente, em 1990, por Lourdes Barreto e Gabriela Leite¹⁰, no bairro da Campina, em Belém, as quais também foram responsáveis pela criação da Rede Brasileira

¹⁰ Recomenda-se a leitura das biografias de Lourdes Barreto (2023) e Gabriela Leite (2009).



de Prostitutas. Gabriela Leite destacou-se, ainda, como fundadora da ONG DAVIDA e da marca DASPU. Atualmente, além de integrar a Rede, o GEMPAC articula-se, em âmbito internacional, com organizações de defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais.

Os movimentos organizados de prostitutas têm suas origens identificadas principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, em diversas regiões do mundo, embora registros anteriores indiquem a existência de mobilizações e organizações voltadas à reivindicação de direitos por trabalhadoras sexuais. A violência policial emerge como um importante fator mobilizador que, somado às ações promovidas por grupos religiosos e, posteriormente, aos financiamentos e às demandas relacionadas às estratégias de combate à epidemia de HIV/AIDS, contribuiu para o surgimento e a consolidação desses movimentos sociais (Barreto; Letícia, 2023).

Dessa forma, a criação do GEMPAC resulta desse contexto mais amplo da organização política das trabalhadoras do sexo no Brasil, especialmente após a ditadura militar (1964-1985). Inclusive, sobre esse período, Teles (2015, p. 1006) destaca que “a ditadura andava de mãos dadas com a misoginia e com a censura”. Observava-se a necessidade de impor pautas morais direcionadas a jovens e mulheres, com o objetivo de preservar os valores das famílias tradicionais e conservadoras. Nesse contexto, os agentes da ditadura militar empreenderam uma perseguição sistemática às mulheres consideradas “desviantes”, o que caracterizou um mecanismo de controle social e disciplinar sobre o corpo e o comportamento feminino (Silva, 2021).

Segundo Silva (2021, p. 378), “a zona do Meretrício em Belém do Pará tinha grande notoriedade, inúmeras mulheres obtinham sua fonte de renda e dependiam da prostituição para sobreviver”. José do Espírito Santo Dias Júnior (2013 *apud* Silva, 2021) identificou as ruas de Belém onde circulavam mulheres envolvidas com a prostituição e com a vida boêmia associada a essa prática, espaços frequentados por diversos grupos sociais. Essas áreas foram, no início da década de 1970, alvo de ações repressivas do governo do Pará.

Já no final da década de 1980 e início da década de 1990, além das intensas transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil, expandiu-se a epidemia de HIV/AIDS, gerando temor, desinformação e preconceito direcionados às trabalhadoras sexuais, frequentemente categorizadas como grupo de risco e submetidas a processos sistemáticos de marginalização social. Nesse cenário, essas mulheres enfrentavam diversas violações de direitos fundamentais, sendo vítimas de violência



física, psicológica e sexual, bem como de discriminação, estigmatização e exclusão social. Ademais, o acesso a serviços essenciais, como saúde, justiça e assistência social, permanecia limitado e precário, o que reforçava a vulnerabilidade estrutural da categoria (Sousa, 2017).

Como consequência, recorda Lourdes Barreto (2023), a mobilização da categoria se acentuou com o reconhecimento da necessidade de articulação coletiva e de organização política daquelas trabalhadoras enquanto grupo social, de modo a enfrentar os múltiplos desafios e estigmatizações associados ao trabalho sexual.

De acordo com o Fundo Brasil ([2026]), uma fundação independente, sem fins lucrativos, criada por ativistas de direitos humanos para fortalecer organizações da sociedade civil, o GEMPAC tem a seguinte missão:

[...] fomentar a auto-organização das prostitutas, com uma proposta de empoderamento para a superação de preconceitos que impedem o exercício da cidadania, por meio de três linhas de atuação: organização e saúde preventiva; combate à exploração; e geração de renda. Dentre as atividades desenvolvidas estão ações voltadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais e Aids; à auto-organização da classe; à defesa dos direitos sexuais e dos direitos humanos; e ao enfrentamento à exploração infantojuvenil (Fundo Brasil, [2026], n. p.).

Segundo Sousa (2017), o GEMPAC é composto por um colegiado dividido em área executiva e em coordenações temáticas. A parte executiva é distribuída entre a Coordenadoria Geral, a Secretaria Administrativa, a Secretaria Financeira e a Mobilização Política. As Coordenações Temáticas são formadas pelas seguintes disposições: combate ao trabalho infantil, conselho fiscal,



geração de renda e organização das profissionais do sexo. De acordo com a página do GEMPAC (2026) no Instagram, essa estrutura desempenha as seguintes atividades:

- **Advocacia e assessoria jurídica:** apoio jurídico a trabalhadoras sexuais que enfrentam situações de violência, exploração e violação de direitos. O GEMPAC acompanha as mulheres em todo o processo, desde a denúncia à resolução do caso;
- **Promoção da saúde:** é uma das principais áreas de atuação do GEMPAC. O Grupo realiza ações de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, oferece testes e acompanhamento médico, promove educação em saúde e facilita o acesso a serviços de saúde;
- **Capacitação:** o GEMPAC capacita as trabalhadoras sexuais em temas como direitos humanos, empoderamento, geração de renda, saúde sexual, educação financeira e autoestima;
- **Combate à exploração e ao tráfico:** o GEMPAC denuncia casos de exploração sexual e de tráfico de pessoas, buscando a responsabilização dos perpetradores e a proteção das vítimas. O Grupo trabalha em conjunto com os órgãos governamentais e outras organizações da sociedade civil.

Ainda de acordo com o Fundo Brasil ([2026]), o GEMPAC desenvolveu ações voltadas à organização de arquivos, à produção de comunicação popular, ao registro oral de histórias e à construção da memória política do movimento das prostitutas no Pará. Entre as atividades realizadas pelo Grupo, estão oficinas de midiativismo, organização documental, produção audiovisual e campanhas de enfrentamento às violações de direitos humanos.

Essas atividades geraram registros produzidos de maneira orgânica e preservados de forma independente ao longo do período de atuação do GEMPAC, refletindo as práticas, decisões e experiências cotidianas do grupo e dos moradores do bairro da Campina e de seus arredores.

Em 2022, esse conjunto de documentos foi formalmente transferido ao CMA, como resultado de um projeto coordenado pelos professores da UFPA, Adriana Coimbra e José do Espírito



Santo Dias Junior (Centro de Memória da Amazônia, [2026]). Segundo entrevista realizada com a professora Adriana,

A partir de uma emenda parlamentar do então deputado federal Edmilson Rodrigues, o professor JJ [José Júnior] e eu fizemos o projeto, eu sugeri a doação do acervo para o CMA por ser um local institucional que tem condições de salvaguardar esse acervo para a posteridade e dar condições de acesso a pesquisa. Falei com a professora Magda Ricci [então diretora do CMA] que encampou a proposta.

Sobre as motivações para a aquisição do acervo pelo CMA, Adriana explicou que a falta de espaço e a ausência de um local seguro para a sua guarda foram fatores determinantes para a transferência.

Outro aspecto relevante desta entrevista refere-se à percepção de Adriana sobre a natureza do acervo. Questionada sobre quem detinha a responsabilidade por ele antes da doação, a professora esclareceu que o GEMPAC era o responsável, enfatizando tratar-se de um acervo coletivo, e não de propriedade privada.

Por fim, a respeito da organização original do acervo, Adriana explica que “não havia uma organização clara, somente era guardado até o professor JJ [José Júnior] e eu fazermos um projeto”.

A visita ao CMA evidenciou que o acervo se encontra organizado e acondicionado em caixas documentais devidamente identificadas, o que facilita a localização das informações.

O acervo é composto por 112 caixas que reúnem diferentes tipologias de documentos, produzidos entre 1990 e 2021: fotografias, correspondências, projetos, relatórios, materiais audiovisuais, periódicos, cartazes, folders, documentos administrativos e registros financeiros. Essa variedade documental demonstra a amplitude das ações promovidas pelo grupo e evidencia como o GEMPAC produziu e acumulou informações relacionadas às suas atividades institucionais, políticas e sociais. Os documentos refletem o cotidiano do grupo e registram processos de mobilização voltados à garantia de direitos, à prevenção em saúde e ao fortalecimento da cidadania das trabalhadoras sexuais.

Por exemplo, foram localizados materiais de campanhas sobre IST/AIDS e de diversos projetos, como “Construindo Cidadania”, “Atelier da Vida”, “Rota Segura” e “Sexo Seguro na



Prostituição”, além de documentos sobre a atuação do GEMPAC junto aos setores públicos, como abaixo-assinados, convênios com a Prefeitura Municipal de Belém e o governo do estado do Pará. A documentação também apresenta informações sobre relações e parcerias estabelecidas com outras ONGs.

Também estão presentes materiais relacionados aos projetos desenvolvidos, como “Projeto Ateliê da Vida”, “Projeto Construindo Cidadania”, “Projeto Sexo Seguro na Prostituição”, “Projeto Rede Norte”, “Projeto Rota Segura”, “Projeto Sem Vergonha”, “Projeto Camu Camu” e “Projeto Guarda-Chuva Vermelho”. A presença desses documentos permite compreender que grande parte das ações do GEMPAC esteve voltada à promoção da saúde, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ao combate à violência e à construção de estratégias de fortalecimento social das trabalhadoras sexuais. Além disso, os documentos revelam a atuação do grupo em projetos educativos e sociais voltados à conscientização e à defesa dos direitos humanos. Essa documentação sobre os projetos também evidencia que o grupo desenvolvia ações articuladas com diferentes instituições públicas e organizações sociais. Documentos relacionados ao Programa Nacional de DST/AIDS, ao Conselho Estadual de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde e aos convênios com a Prefeitura Municipal de Belém demonstram a relação estabelecida entre o GEMPAC e os órgãos públicos. Esses materiais revelam a participação ativa do grupo em debates sobre políticas públicas e saúde coletiva, especialmente em ações voltadas à prevenção de ISTs e da AIDS e ao atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade social.

O acervo também evidencia o caráter educativo e comunicacional das ações do GEMPAC. A presença de cartazes, folders, panfletos, cartilhas e materiais de campanhas demonstra que o Grupo utilizava a comunicação popular como instrumento de conscientização social e de mobilização política. Esses documentos registram campanhas educativas sobre prevenção, saúde sexual, direitos humanos e enfrentamento da violência, permitindo compreender as estratégias adotadas pelo grupo para dialogar com a sociedade e fortalecer a identidade coletiva das trabalhadoras sexuais.

Além disso, o acervo contém registros de eventos, seminários, congressos e encontros estaduais e nacionais relacionados ao movimento das prostitutas e às discussões sobre direitos humanos. Os documentos referentes ao *III Encontro Estadual das Trabalhadoras do Sexo*, ao *II Encontro Estadual de Prostitutas do Estado do Pará* e ao *Encontro Nacional das ONGs* demonstram



a inserção do GEMPAC em redes de articulação política e social. Esses materiais revelam a importância da organização coletiva para o fortalecimento das pautas defendidas pelo grupo e registram momentos de debate, de troca de experiências e de construção de estratégias de mobilização social.

Outro aspecto importante identificado no acervo refere-se aos registros fotográficos e audiovisuais. Há fotografias, negativos fotográficos, fitas VHS, fitas cassete e transcrições de fitas, além de documentos que preservam memórias visuais e sonoras das atividades promovidas pelo GEMPAC. Esses materiais registram eventos, oficinas, encontros, campanhas e ações desenvolvidas pela organização, permitindo a reconstrução de experiências coletivas e de trajetórias individuais das mulheres envolvidas no movimento. A documentação audiovisual, desse modo, tem grande relevância para a memória social, pois preserva elementos simbólicos e culturais relacionados à história do grupo e às suas formas de representação social.

As correspondências, ofícios, atas, relatórios e documentos administrativos disponíveis no acervo também permitem compreender a estrutura organizacional do GEMPAC e suas formas de funcionamento interno. Esses registros demonstram que o Grupo mantinha relações institucionais com diferentes entidades públicas e privadas, além de desenvolver mecanismos próprios de gestão de documentos e de gestão administrativa. Os relatórios e planos de ação evidenciam as atividades realizadas pelo grupo e permitem acompanhar o desenvolvimento de projetos e campanhas ao longo do tempo.

Os documentos financeiros, prestações de contas, registros de repasse de preservativos, livros de ponto e livros de plantão demonstram a dimensão prática e operacional das ações promovidas pelo grupo. Embora possuam caráter administrativo, esses documentos revelam aspectos importantes do cotidiano institucional do GEMPAC, permitindo compreender como a entidade estruturava suas atividades e administrava os recursos necessários à execução de projetos sociais e de campanhas educativas.

O acervo também evidencia a preocupação do grupo com o registro de experiências e de informações relacionadas às condições sociais das mulheres atendidas pelo GEMPAC. Documentos como questionários, anotações de campo, estudos exploratórios e registros sobre crianças e adolescentes em situação de risco social revelam a sua atuação em ações de pesquisa,



acompanhamento social e enfrentamento da exploração sexual. Esses materiais demonstram que o Grupo desenvolvia atividades voltadas não apenas às trabalhadoras sexuais, mas também à proteção de grupos socialmente vulneráveis.

Nesse sentido, o acervo do GEMPAC possui grande relevância para a memória social, pois reúne registros produzidos por um grupo historicamente invisibilizado pelos arquivos tradicionais. A documentação preserva experiências de luta, resistência e organização coletiva das trabalhadoras sexuais no Pará, permitindo compreender suas formas de atuação política e social. Ao registrar campanhas, projetos, eventos, práticas educativas e relações institucionais, o acervo torna-se uma importante fonte para a reconstrução da história de grupos marginalizados e para a valorização de suas narrativas.

A diversidade documental também demonstra que o GEMPAC atuou tanto como movimento de defesa de direitos quanto como espaço de organização política, produção de informação, articulação institucional e mobilização social. Dessa forma, o conteúdo do acervo revela experiências, práticas e ações construídas coletivamente por um grupo historicamente marginalizado, permitindo compreender suas formas de resistência e de atuação social.

Assim, o acervo do GEMPAC evidencia que os documentos produzidos pelo Grupo refletem, diretamente, suas atividades e objetivos institucionais. Mais do que registros administrativos, os documentos constituem testemunhos das experiências sociais e políticas construídas pelo Grupo ao longo de sua trajetória. A atuação do grupo em um bairro de Belém, direcionada não apenas às trabalhadoras sexuais, mas também aos demais moradores, evidencia histórias, memórias e necessidades da comunidade envolvida em suas ações, frequentemente negligenciadas ou marginalizadas nos arquivos tradicionais paraenses.

Sob essa perspectiva, os arquivos comunitários configuram-se como instrumentos de enfrentamento da sub-representação de determinados grupos nos arquivos institucionais, oferecendo alternativas para a preservação e visibilização de identidades, narrativas e memórias de coletividades historicamente marginalizadas. Estruturados como reflexo das práticas associadas à



reivindicação de direitos, esses arquivos constituem evidências concretas das lutas e articulações sociais desses grupos, assumindo o papel de formas autônomas de memória coletiva.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo evidenciou a relevância do acervo do GEMPAC, custodiado pelo CMA, como instrumento para a preservação da memória coletiva de um grupo historicamente marginalizado. A análise dos documentos demonstrou que o acervo está organizado e acondicionado de forma adequada, o que possibilita a sistematização das informações, o acesso público e a salvaguarda das narrativas produzidas pelo GEMPAC ao longo de sua trajetória. Dessa forma, confirma-se o papel dos arquivos comunitários na visibilização de experiências sociais e políticas que, frequentemente, permanecem ausentes nos arquivos institucionais tradicionais.

Os registros documentais analisados evidenciam que o GEMPAC não atuou apenas como movimento de defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, mas também como espaço de organização política, de mobilização social e de produção de conhecimento comunitário. A diversidade de materiais, incluindo fotografias, documentos administrativos, registros audiovisuais e correspondências, permite compreender, de forma ampla, as estratégias de atuação do Grupo, desde campanhas educativas e de saúde até articulações institucionais e projetos de geração de renda, reforçando a centralidade da organização coletiva para a promoção da cidadania.

Adicionalmente, o estudo contribui para o debate teórico sobre arquivos comunitários ao demonstrar de que modo estes podem atuar como mecanismos de resistência e de justiça social. Ao permitir que comunidades historicamente marginalizadas registrem, preservem e controlem suas próprias narrativas, os arquivos comunitários reforçam formas autônomas de memória coletiva e promovem a representatividade de identidades e experiências sociais que, de outra forma, seriam sub-representadas. O acervo do GEMPAC, portanto, constitui um exemplo concreto da relação entre a preservação documental e o empoderamento social.

Por fim, este estudo levanta questões relevantes para o acervo do GEMPAC, que deverão ser investigadas em pesquisas futuras: qual é o impacto da transferência do acervo para o CMA sobre o controle e a gestão das informações pela comunidade produtora? Quais procedimentos são



necessários para que o GEMPAC e a comunidade atendida pelo Grupo mantenham algum grau de participação nas decisões relacionadas ao acervo? É fundamental envolver esses atores nas atividades de preservação, organização e acesso aos documentos custodiados pelo CMA? Considerando que o GEMPAC ainda está em funcionamento, como devem ser tratados os documentos atualmente produzidos? Além disso, qual é o papel das instituições arquivísticas, de memória e das universidades no apoio, na orientação e na guarda de arquivos comunitários, garantindo a preservação das memórias coletivas sem comprometer a autonomia dos grupos que os produzem? Essas questões indicam a necessidade de um diálogo contínuo entre a comunidade, as instituições e os pesquisadores, visando assegurar tanto a preservação documental quanto a representatividade social e política dos grupos envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, Lisboa, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13166>. Acesso em: 20 maio 2026.
- BARRETO, L. Histórias de travestis no movimento brasileiro de prostitutas: do golpe de 1964 ao golpe de 2016. **D'GENERUS: Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 92-110, 2023. DOI: 10.15210/dg-revista.v2i1.25218. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v2i1.25218>. Acesso em: 21 maio 2026.
- BARRETO, L. **Put a autobiografia**. Belém: Paka-Tatu, 2023.
- BIBEAULT, B. Community Defining Archives: A comparative view of community archives definitions. **Journal of Contemporary Archival Studies**, [New Heaven], v. 12, art. 11, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol12/iss1/11/>. Acesso em: 19 maio 2026.
- CALABRIA, A. de M. Life story, prostitution and activism: Challenges and possibilities of research in co-creation. **Global Public Health**, [s. l.], v. 17, n. 10, p. 2512-2520, 2022. DOI: 10.1080/17441692.2021.2020317. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.2020317>. Acesso em: 20 maio 2026.
- CALABRIA, A. de M. **Histórias de vida de prostitutas veteranas: memórias de trabalho e ativismo no Brasil contemporâneo**. 2024. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2592/projeto/Tese_Historia_AmandaCalabria.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.
- CAMOLEZE, J.; CAVALCANTE, L. E.; TROITIÑO, S. Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, p. 181-190, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9490>. Acesso em: 20 maio 2026.



CAMOLEZE, J.; TROITIÑO, S. Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 121-136, 2019. Disponível em: <https://doaj.org/article/22423de4a98a44f5b8f7beb10ce31919>. Acesso em: 20 maio 2026.

CARVALHO, L. M. O bibliotecário e a diversidade do mercado da documentação popular: CPDCs. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 439-454, 1999.

CASWELL, M. **Urgent archives**: enacting liberatory memory work. Nova York: Routledge, 2021.

CASWELL, M.; GABIOLA, J.; ZAVALA, J.; BRILMYER, G.; CIFOR, M. Imagining transformative spaces: the personal-political sites of community archives. **Archival Science**, [s. l.], v. 18, p. 73-93, 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Belém, [2026]. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/acervo.html>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS EM DOCUMENTAÇÃO COMUNITÁRIA. **Definição e conteúdo da documentação popular**: Programa de Documentação: Material de Trabalho 1/81. Tradução do Centro Pastoral Vergueiro. Recife: SEDIPO/CNBB-NE II, 1984.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. [s. l.], [2026]. Disponível em: <https://www.communityarchives.org.uk/search-for-an-archive>. Acesso em: 19 maio 2026.

FIFE, K.; FLINN, A.; NYHAN, J. Documenting resistance, conflict and violence: a scoping review of the role of participatory digital platforms in the mobilisation of resistance. **Archival Science**, [s. l.], v. 23, p. 471-499, 2023.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007. DOI: 10.1080/00379810701611936. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00379810701611936>. Acesso em: 19 maio 2026.

FLINN, A. Archival activism: Independent and community-led archives, radical public history and the heritage professions. **InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies**, [s. l.], v. 7, n. 2, 2011. DOI: 10.5070/D472000699. Disponível em: <https://doi.org/10.5070/D472000699>. Acesso em: 29 maio 2026.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 71-86, 2009. DOI: 10.1007/s10502-009-9105-2. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9105-2>. Acesso em: 19 maio 2026.

FLINN, A.; WIŚNIEWSKA-DREWNIĄK, M.; TENAGLIA, M.; LI, M.; SEIXAS, L. Bridging the gaps between communities and their memories: comparing community-based archives in five countries. **Comma: International Journal on Archives**, Liverpool, v. 2022, n. 1, p. 99-113, 2022. Disponível em: <https://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/abs/10.3828/coma.2022.10>. Acesso em: 19 maio 2026.

FREITAS, L. S. de; GOMES, S. L. R. Quem decide o que é memorável? A memória de setores populares e os profissionais da informação. In: FORO SOCIAL DE INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y BIBLIOTECAS, 1., 2004, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Foro Social de Información, documentación y bibliotecas, 2004. p. 1-11.

FUNDO BRASIL. Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará – Gempac: zona de direitos. Fundo Brasil, São Paulo, [2026]. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/grupo-de-mulheres-prostitutas-do-estado-do-para-gempac/>. Acesso em: 29 maio 2026.



GEMPAC. [Perfil]. Belém, 2026. Instagram: @gempac.pa. Disponível em: <https://www.instagram.com/gempac.pa/>. Acesso em: 21 maio 2026.

GRASSROOTS. In: CAMBRIDGE Dictionary. Cambridge, 2026. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/grassroots>. Acesso em: 20 maio 2026.

LEITE, G. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MENEZES, C. de S.; TENAGLIA, M. Arquivos comunitários: mapeando uma abordagem conceitual. In: CURVO, I. S.; CURVO, L. F. S.; SANTOS, M. L. L. dos (org.). **Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a perspectiva social em foco**. Rio de Janeiro: Zume, 2021. p. 79-93.

NOGUEIRA, F. P. de M.; GRACIOSO, L. de S. Los archivos comunitarios en el contexto del ambiente científico-técnico-informativo: agentes de la globalización solidaria y de la innovación decolonial. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 52, n. 1, p. 355-368, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v52i1.6097>. Acesso em: 18 maio 2026.

POOLE, A. The information work of community archives: a systematic literature review. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 657-687, 2020. DOI: 10.1108/JD-07-2019-0140. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-07-2019-0140>. Acesso em: 19 maio 2026.

RANGEL, K. Arquivos para quem? A inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, Lisboa, n. 24, p. 87-99, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/15670>. Acesso em: 22 maio 2026.

SILVA, J. D. “Flores tóxicas da noite”: uma análise da prostituição em Belém durante a ditadura militar-civil (1970-1976). **Revista Cantareira**, n. 35, p. 373-389, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/49339/29757>. Acesso em: 22 maio 2026.

SOUSA, S. **Memórias das esquinas**: as trajetórias de prostitutas na batalha pelo bairro da Campina, Belém-PA. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015. DOI: 10.1590/0104-026X2015v23n3p1001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>. Acesso em: 20 maio 2026.

TENAGLIA, M. Arquivos comunitários: memórias, visibilidade e desafios. In: TOGNOLI, N.; SOUZA, J.; OLIVEIRA, L. M.; MATTOS, R. (org.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. 7. ed. Niterói: IACS/UFF, 2023. p. 27-37.

WELLAND, S.; COSSHAM, A. Defining the undefinable: an analysis of definitions of community archives. **Global Knowledge, Memory and Communication**, [s. l.], v. 68, nos. 8-9, p. 617-634, 2019. DOI: 10.1108/GKMC-04-2019-0049. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/GKMC-04-2019-0049>. Acesso em: 19 maio 2026.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

